

Estudos da Língua(gem)

A linguagem em questão: *um recorte inter, multi e transdisciplinar*

A linguagem do fora: *a interface entre drogas lícitas e ilícitas em saúde mental*

An outside language:
an interface between legal and illegal drugs in mental health care

Sandro Rodrigues*

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP/Brasil)

Eduardo Passos*

Universidade Federal Fluminense (UFF/Brasil)

RESUMO

O artigo discute uma política narrativa para tratar da relação entre psicotrópicos lícitos e ilícitos nas práticas de cuidado em saúde mental, articulando psicodelia e literatura beat com a participação dos autores em uma pesquisa multicêntrica sobre Gestão Autônoma da Medicação (GAM) – abordagem de intervenção em saúde mental surgida no Canadá, nos anos 1990. O artigo desenvolve, a partir da interface entre drogas prescritas e proscritas trabalhada na GAM como fora-eixo, aspectos estéticos e políticos de uma linguagem do fora, em sua potência de interromper ou alterar as cadeias associativas usualmente acionadas pelo tema drogas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Drogas lícitas e ilícitas. Psicodelia. Literatura beat. Política narrativa.

ABSTRACT

The article discusses a narrative policy in order to deal with the relationship between legal and illegal psychotropic drugs in mental health care practices by

* Sobre os autores ver páginas 75.

articulating psychedelia and beat literature with the participation of the authors in a multicentre research on Autonomous Medication Management (GAM) – intervention approach in mental health emerged in Canada in the 1990s. The article develops from the interface between prescribed and proscribed drugs at GAM as off-axis, aesthetical and political aspects of an outside language in its power to stop or to change the associative chains usually driven by the theme drugs.

KEYWORDS: *Mental health. Legal and illegal drugs. Psychedelia. Beat literature. Narrative policy.*

1 A Gestão Autônoma da Medicação (GAM)

A discussão apresentada neste artigo deriva de projeto de pesquisa multicêntrica com parceria Brasil/Canadá sob a chancela da Aliança Internacional de Pesquisa entre Universidade e Comunidade (ARUCI). A Aliança é um programa de subvenção do Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas do Canadá (CRSH/SSHRCC) que visa desenvolver parcerias internacionais igualitárias entre universidade e atores da comunidade. No início de 2009 foi proposta a ARUCI Saúde Mental e Cidadania (ARUCI-SMC), com duração de cinco anos e que envolveu parceria binacional entre colaboradores comunitários, da rede pública de saúde e assistência social e das universidades de Montreal, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A metodologia da ARUCI-SMC prevê a participação, em todas as suas instâncias de decisão, tanto dos trabalhadores da saúde como das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais graves, desde o planejamento, execução e avaliação de seus processos. A aposta é na participação, construindo um espaço de lateralidades múltiplas e transversais para a produção de *agenciamentos coletivos de enunciação* (DELEUZE; GUATTARI, 1995), conhecimento coproduzido e a experiência de comum. Tal aposta exige o aprimoramento da presença dos diferentes integrantes da aliança – usuários dos serviços de Saúde Mental (SM), trabalhadores de saúde e universitários; possibilitando a produção de conhecimento calcado no encontro entre os saberes científico, prático e experiencial e, sobretudo, na ampliação do lugar do pesquisador que agora se modula nas perspectivas do pesquisador-universitário, pesquisador-trabalhador, pesquisador-usuário. Tal perspectiva participativa

contribui para a superação, no campo da produção de conhecimento, da cisão entre pesquisadores, trabalhadores e usuários de serviços de saúde, considerando que a experiência do comum entre todos os atores pode promover a co-construção de sujeitos e coletivos.

No campo da saúde mental, ainda é um desafio a ser enfrentado pelos movimentos de reforma psiquiátrica a utilização pouco crítica dos medicamentos nas práticas de cuidado. Sensível a essa realidade, foi desenvolvida no Quebec (Canadá) na década de 1990 uma nova abordagem de intervenção denominada Gestão Autônoma da Medicação (GAM) que visa modificar as relações de força presentes nas práticas de prescrição de psicotrópicos, garantindo a participação mais efetiva dos usuários nas decisões terapêuticas (ONOCKO CAMPOS et al, 2012). No interior da estratégia GAM foi proposto o Guia GAM como uma ferramenta para acionar o movimento de mudança nas práticas em saúde mental. A diretriz participativa exige que os usuários tenham acesso a informações sobre seus tratamentos, reivindiquem seus direitos, dialoguem sobre o lugar que a medicação e outras práticas ocupam nas suas vidas. A ideia é a do fomento das redes de apoio que possam alterar a qualidade de vida dos usuários de psicotrópicos.

A estratégia GAM foi trazida ao Brasil em 2009. Realizou-se uma pesquisa-intervenção participativa em CAPS de diferentes cidades no Brasil, em que se adaptou o Guia GAM do Quebec, com vistas à elaboração do Guia GAM brasileiro (Guia GAM-BR). As quatro universidades brasileiras realizaram na primeira fase da pesquisa multicêntrica a adaptação do guia GAM através de Grupos de Intervenção (GI) realizados em CAPS no Rio de Janeiro (RJ), em Campinas (SP) e em Novo Hamburgo (RS); e um quarto GI ocorreu na UNICAMP (SP). Os GIs ocorreram simultaneamente, por dez meses, através de encontros semanais ou quinzenais, totalizando uma média de vinte encontros em cada GI. Os pesquisadores desempenharam a função de operadores dos grupos, para a qual se fez necessário aliar o conhecimento em pesquisa e a experiência clínica, considerando que o trabalho grupal foi realizado com pessoas que sofrem transtornos mentais graves.

A pesquisa-intervenção teve não só um sentido de produção de conhecimento sobre a experiência do uso de psicofármacos nos CAPS, mas também uma oportunidade para intervir nas práticas de cuidado em saúde mental. Tratou-se de uma pesquisa-intervenção no sentido indicado pelo movimento institucionalista, na afirmação de que se trata de transformar para conhecer e não de conhecer para transformar a realidade (LOURAU, 2004a). A análise institucional francesa é uma importante aliada no campo da Reforma

Psiquiátrica, na medida em que evidencia a dimensão política da pesquisa quando trata dos processos de institucionalização. O objetivo deste artigo é discutir uma interface importante verificada na pesquisa GAM: a relação entre psicotrópicos lícitos e ilícitos nas práticas de cuidado.

2 O fora-eixo

Em agosto de 2010, o grupo de pesquisa da UFF estava reunido, iniciando a organização do conteúdo das memórias dos GIs da primeira fase da pesquisa de campo, em planilhas divididas nos cinco eixos estruturantes da GAM-BR (formação, trabalhadores e gestão, direitos humanos, pesquisa/metodologia e fora-eixo). Entre os estudantes, havia muitas dúvidas sobre onde encaixar certas falas polissêmicas encontradas no material de campo. Os coordenadores da pesquisa na UFF propuseram então um exercício, que chamaram de “afinação conceitual”, sugerindo ao grupo que, após a leitura de alguns textos afins à perspectiva teórica com a qual a pesquisa trabalha (PASSOS; EIRADO, 2004; SILVA et al., 2006; SILVA et al., 2010), experimentasse, nos próximos trechos das memórias de campo que chamassem a atenção, não apenas relacioná-los aos eixos correspondentes – ou *colocá-los nos eixos*, como chegou a ser dito algumas vezes –, mas produzir uma pequena análise crítica do trecho, justificando a escolha.

Após a sugestão, o primeiro trecho que chamou a atenção, referia-se ao segundo encontro GI realizado em Campinas, quando o grupo estava cuidando do segundo passo do Guia GAM-BR, concernente aos efeitos dos psicotrópicos na qualidade do sono, na memória, na concentração, nos relacionamentos afetivos, na vida sexual, no trabalho e em outras atividades. Lemos que, ao tratar do tema “bebidas”, um usuário contou beber cerveja sem álcool, por tomar antibióticos, mas que às vezes tomava cerveja com álcool. Com isso, outros usuários se disseram à vontade para falar do consumo de álcool, café e... cigarro. *Hein?! Mas desde quando cigarro é bebida?* - nos surpreendemos. Cigarro não é bebida, embora seja comum dizer que uma coisa puxa outra, assim como os usuários não estavam apenas associando livremente interações entre substâncias, mas, parecia haver ali uma espécie de tema oculto, como fio condutor do assunto, talvez o grau de autonomia que cada usuário podia de fato exercer em relação à gestão do uso de psicotrópicos prescritos e certas substâncias, proscritas, que com estes viessem a interagir.

Assim, da água para o vinho – ou do café para o cigarro –, vimos saltar a necessidade de uma abordagem mais ampla da experiência com psicotrópicos,

por uma mudança de foco, dos psicofármacos prescritos, para incluir substâncias ilícitas ou usos proscritos de substâncias lícitas: o fora-eixo da GAM-BR. Mas, se escrevemos aqui *da água pro vinho* foi com uma licença poética, pois, obviamente, não foi por um passe de mágica que o tema ganhou importância na pesquisa. O papel do guia, do acompanhante, é essencial no dispositivo de gestão da experiência com psicotrópicos. O próprio manejo dos grupos de intervenção da GAM-BR visa favorecer o estabelecimento de uma rede de confiança entre os participantes. Uma confiança situada aquém dos juízos de valor através dos quais costumamos recortar automaticamente a realidade cotidiana; uma confiança situada em um plano da experiência no qual o uso do álcool e do café se encontram mais próximos do consumo de cigarro, por exemplo, que de sucos, refrescos, água ou vitaminas. Nesse plano de emergência de sentidos, produzidos por semelhanças, aproximações, atrações mútuas, afinidades, em uma rede enunciativa que torna a linguagem um jogo louco, é legítimo dizer que *cigarro é bebida*, pois se trata de um plano sensível, anterior à organização pela atividade reflexiva, segundo a qual *cigarro não é bebida*. É neste plano pré-reflexivo da experiência – aí incluída a experiência da linguagem – que se situa o fora-eixo.

O fora, como diz Levy (2011) – com base em Michel Foucault, Maurice Blanchot e Gilles Deleuze –, é uma estratégia de pensamento ligada à despersonalização do sujeito, que marca a falência do logos clássico e leva o pensamento a pensar, realçando o invisível da visão, o indizível da palavra e o impensável do pensamento. Essa experiência do fora é vertiginosa, próxima ao delírio. No encontro concreto com o campo, cuidar do fora-eixo, da emergência do ainda não visto, dito ou pensado, foi vivido como uma experiência-limite, na qual nos deparamos com suas potências e perigos, sendo, por vezes, tomados por uma grande sensação de angústia, tal como a do príncipe Hamlet, de Shakespeare, quando, ao ser avisado pelo fantasma de seu pai sobre o que de fato havia de podre no reino da Dinamarca, exclama *o tempo está fora dos eixos!*

O tempo fora dos eixos é um tempo trágico (RODRIGUES, 2011), não por se tratar de um drama. A leitura que o poeta Friedrich Hölderlin (1994) propõe da tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles, aponta a necessidade de se apreender nas tragédias o cálculo de suas leis, mais que a moral da história. Para o poeta, o sentido das tragédias se faz apreender no paradoxo. O trágico de Édipo não está no drama familiar do herói, mas numa espécie de união desmedida com o divino e no concomitante recuo do divino. Não há um limite que foi transgredido pelo herói e que se restabelece quando este assume sua culpa. Não

há, em Sófocles, uma ordem divina a ser restabelecida, uma contradição a ser resolvida, ou um tempo a ser reconciliado. O que há é uma situação-limite, de abolição do próprio limite, por conta do abandono divino, o que produz um violento corte no tempo, uma cesura que faz com que começo e fim deixem de rimar (PELBART, 2004).

A própria ideia de situação-limite expressa esse paradoxo, tal como experimentamos quando habitamos um limiar (*nele estamos dentro ou fora?*), pois limiar sempre diz respeito a intensidades. A Alice de Lewis Carroll, diz, em certo momento de suas aventuras no país das maravilhas, que “um atizador em brasa acaba queimando sua mão se você insistir em segurá-lo por muito tempo” (CARROLL, 2002, p. 16); diz também que “quando você corta o dedo *muito* fundo com uma faca, geralmente sai sangue”; e não nos deixa esquecer, *é claro*, que “se você bebe muito de uma garrafa em que está escrito *veneno*, é quase certo que vai se sentir mal, mais cedo ou mais tarde” (CARROLL, 2002, p. 16). E não há uma região de estabilidade onde situar o *muito*, o *quase*, o *geralmente*. *Veneno* e *remédio* não são termos necessariamente opostos, como se usa pensar, pois a linguagem que fixa os limites também os pode ultrapassar. Mas como habitar esse paradoxo? O que escrever? Como anotar? Como apresentar o fora-eixo?

3 A escrita polifônica do fora

Um conceito que ajudou a pensar a redação do fora-eixo na pesquisa GAM é o de fora-texto (HT – *hors text*), proposto pelo analista institucional René Lourau (2004b; 2004c). Uma preocupação do analista é que, na redação dos textos para divulgação de resultados de pesquisas, não se deixe de abordar coisas em geral “deixadas à sombra” (LOURAU, 1993, p. 51), coisas “faladas apenas em corredores, cafês, ou na intimidade do casal”; em outras palavras, o fora-texto seria um tipo de fala usualmente banida dos textos oficiais, impedida de ser ouvida de forma pública, por violar os ideais científicos de neutralidade e objetividade. Fora-texto é o que é usualmente proscrito dos textos oficiais, mas que permanece como um fundo – não de fundamento, mas de fundação – que se estende para além dos limites da forma instituída da comunicação. O fundo como abundância heterogenética é o fora do texto nele incluído – nem texto nem contexto, o fora-texto articula o texto com o seu fundo inespecífico (PASSOS; BENEVIDES, 2010).

Para Lourau (1993), a inclusão do fora-texto nos textos acadêmicos publicados é um modo de reintroduzir a experiência do tempo na pesquisa.

Mas não se trata de *colocar o tempo nos eixos*, no sentido de submeter os acontecimentos a um espaço dividido, tal como fazem os relógios e calendários, ou como fazemos nós mesmos quando tratamos o tempo como uma propriedade pessoal. O diário da pesquisa, cuja escrita não precisa ser necessariamente diária, é um meio que “reconstitui a história subjetiva do pesquisador”; visando não à redação de uma biografia, mas mostrar “a contradição entre a temporalidade da produção pessoal e a institucional” (LOURAU, 2004a, p. 78). A experiência subjetiva do tempo não se esgota em um tempo individual, um atributo pessoal, uma propriedade do sujeito, do indivíduo, mas é também experiência de uma dimensão impessoal, coletiva, da produção de subjetividade (RODRIGUES, 2009). Um objetivo da elaboração do fora-texto é traçar transversais que liguem temporalidades pessoais e impessoais. Para tanto, é preciso um trabalho clínico de análise de implicações do pesquisador com a pesquisa, um trabalho que consiste em detectar, em afetos vividos de modo íntimo, pessoal, linhas de composição múltiplas, coletivas, polifônicas, políticas. O fora-texto da pesquisa deve se fazer, pois, em uma linguagem do fora – não da boca para fora, mas do fora da boca.

Em sua tese de doutorado, Lourau (1995, p.16) afirma que “uma intervenção que implica o observador supõe a análise dessa implicação”. Sempre estamos mais ou menos implicados no campo em que atuamos, portanto não é uma questão de voluntarismo, e sim um compromisso clínico-político de colocar-se em análise, questionando as próprias certezas. Como sugerem Passos e Eirado (2010, p. 125), “tanto maior a certeza do pesquisador acerca da verdade que surge em sua experiência com o campo de intervenção, menor a sua dissolvência no plano implicacional e, conseqüentemente, maior a sua sobreimplicação no trabalho de pesquisa”. Não se trata de dispender o maior investimento possível em prol de uma causa ou uma repartição, o que pode produzir um excesso de dedicação, uma sobreimplicação, mas de colocar em análise constante o regime de sensibilidade que vai afetando o pesquisador em seus encontros com o campo. Para os autores, a tentativa de Lourau é de fazer da análise a experiência do limite das instituições, da pessoa, do homem e de sua consciência de si: “no limite, o pesquisador já não se percebe nem no interior, nem no exterior da realidade estudada” (PASSOS; EIRADO, 2010, p. 120). Onde ele está? Como ele está? Será que se sente *por dentro*?! Será que se sente *por fora*?! Será que se sente *por dentro do fora*?! No limite, o pesquisador talvez se sinta à deriva numa zona turbulenta de perturbação entre fronteiras móveis que se atravessam violentamente, formando como que uma sublime pororoca, um limiar, um espaço-tempo *entre*.

À noção de fora-texto, Lourau acrescenta a de *intertexto*, esta espécie de herança, no texto atual, de uma história de escritas e leituras, já que todo texto é atravessado por outros que o antecederam e qualquer escrita a que o pesquisador tenha de algum modo tido acesso pode perpassar a escrita atual. Isso nos exige também um compromisso ético de reflexão sobre a escrita e, como dizem Passos e Benevides (2010, p. 151), a tomada de posição em uma certa “política da narratividade”, ou seja, certa “posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece.” Trata-se de opções estéticas que operam politicamente, por vezes de modo inconsciente. Como diz Jacques Rancière (2005), na base da política reside uma estética, não como teoria da arte, mas como sistema de formas determinando o que se dá a sentir subjetivamente: “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política” (RANCIÈRE, 2005, p. 16).

É importante clarearmos um pouco mais esta noção de “estética”, para evitarmos malentendidos. O sentido mais utilizado pelo senso comum está referido aos padrões de beleza vigentes na sociedade, como, por exemplo, nas expressões “cirurgia estética” e “esteticista”, ligadas aos parâmetros e modelos através dos quais as pessoas avaliam a forma visual das demais, o que é muito influenciado pelo que figura majoritariamente em revistas e jornais como imagem do que se deve buscar na vida. Outro sentido diz respeito à beleza na arte, tanto na forma “gosto não se discute”, que, via de regra, é utilizada para excluir de saída a possibilidade de qualquer debate sério, quanto na forma canonizada, onde são buscados parâmetros universais para avaliar objetivamente a qualidade de uma obra de arte: uma teoria do belo na arte. Há um sentido filosófico, cuja apresentação, embora pudesse nos parecer, a princípio, mero exercício de abstração, longe da experiência imediata, nos dá a notar o oposto.

Kant (2000) trata, na primeira parte da *Crítica da Razão Pura*, a “Estética transcendental”, do que nomeou de formas puras da sensibilidade, condições para todo conhecimento possível. As formas da sensibilidade foram divididas pelo filósofo prussiano em uma forma do sentido externo (espaço) e uma forma do sentido interno (tempo). Espaço e tempo seriam formas puras, condição para toda experiência possível. Estética diz respeito à experiência sensível e toda experiência sensível é, na base, uma experiência espaço-temporal.

Como pensar, então, a experiência estética sob os efeitos dos psicotrópicos? Como falar dela? Se há um silêncio ainda vigente da experiência daqueles que fazem uso das drogas prescritas e lícitas, por outro lado – ou melhor, ao lado deles – há uma eloquência no que se refere à linguagem suscitada pelas drogas ilícitas e proscritas. Tomemos, por exemplo, a experiência psicodélica, tal como caracterizada por Timothy Leary, Ralph Metzner e Richard Alpert (1992), como um triplo processo de alteração: do espaço-tempo, da identidade de si e da linguagem.

A dimensão estética da experiência psicodélica reside na alteração das relações com o espaço e o tempo, da relação com o aqui e o agora e, enfim, de nosso coeficiente de abertura para dentro e para fora de nós mesmos, perturbando, com isso, os controles egóicos e automatismos sociais usualmente acionados como respostas a situações vividas como ameaçadoras por seu caráter de novidade. Na tentativa de dar sentido a essa experiência de perturbação de fronteiras espaço-temporais e dissolução de limites identitários, a linguagem é também levada a seu limite, falhando em narrar o vivido com suas ferramentas usuais e sendo forçada com isso a criar novos sentidos e modos de expressão. A própria arte pode nos oferecer ferramentas privilegiadas para auxiliar nessa produção de meios para alteração entre espaço e tempo, dentro e fora, buscando produzir um modo de sentir que defina modos de pensar, de agir e de falar mais saudáveis.

Dentre os recursos estilísticos que mais diretamente afetaram a narrativa do fora-eixo da GAM, privilegiamos as contribuições da chamada literatura *beat*, sobretudo o ritmo acelerado de escrita, os recortes, fragmentos e saltos espaço-temporais. Para tanto, cabe aqui uma introdução, ainda que breve, à experiência *beat*.

Em 1943, William Burroughs conheceu Jack Kerouac e Allen Ginsberg, em Nova Iorque (MILES, 1993). Tal ocasião é considerada uma espécie de marco zero da geração *beat*, que é como se tornaram conhecidos Kerouac, Burroughs, Ginsberg, Neal Cassady, Diane di Prima, Lawrence Ferlinghetti, dentre outros escritores, que buscavam religar a literatura à vida, algo já bastante presente, por exemplo, em Arthur Rimbaud, mas que vinha sendo deixado de lado há um bom tempo (WILLER, 2010b). A *beat*, no entanto, somente deu seu primeiro grande berro no famoso recital poético da Galeria Six, em 1955, onde foi lida e aclamada a primeira parte do poema *Uivo para Carl Solomon*, no qual Allen Ginsberg (2010) conta do que viu no manicômio por onde passou para escapar de uma possível prisão:

Eu vi os expoentes da minha geração destruídos pela loucura, morrendo de fome, histéricos, nus, arrastando-se pelas ruas do bairro negro de madrugada em busca de uma dose violenta de qualquer coisa, *hipsters* com cabeça de anjo ansiando pelo antigo contato celestial com o dínamo estrelado na maquinaria da noite, que pobres, esfarrapados e olheiras fundas, viajaram fumando sentados na sobrenatural escuridão dos miseráveis apartamentos sem água quente, flutuando sobre os tetos das cidades contemplando jazz (GINSBERG, 2010, p. 25).

Essa longa experiência visionária, onde são ligados elementos diversos de minorias que compõem um ambiente *underground*, cheio de loucos, esfarrapados, negros, pobres e hipsters, segue em ritmo de improvisação jazzística. Se a leitura silenciosa do poema *Uivo para Carl Solomon* já exige fôlego, sua récita corre o risco de provocar espasmos de apneia, tão longo é o percurso até o primeiro ponto final, coincidindo com o fim da primeira parte, de cerca de dez páginas. Publicado em 1956, o livro rendeu um processo por pornografia contra Ferlinghetti, seu editor, no ano seguinte, 1957, quando, aliás, foram publicados *On the road*, de Jack Kerouac (2010), originalmente datilografado em um rolo único de papel, sem cortes, na tentativa do escritor de capturar o ritmo da vida como um solo de saxofone, assim como *The White Negro: superficial reflections on the hipster*, de Norman Mailer, onde o autor contrastava a imagem do *square*, do burguês careta, quadrado, à figura do hipster, do *outsider* desenhado como uma espécie de marginal absoluto, intelectual, culto e informado, apegado às minorias e desapegado a regras e convenções. Sua linguagem é a *hip talk*, “vocabulário da marginália da Times Square, Nova Iorque” (WILLER, 2010a, p. 8), e é de hipster que vem hippie, seu diminutivo. Os hippies são, em certos aspectos, herdeiros contraculturais dos hipsters da chamada geração beat.

Como mostra Mailer (1957), a principal habilidade comunicacional que esses fãs brancos de jazz haviam aprendido com os negros, nos guetos que gostavam de frequentar, é a de captar o sentido do que outra pessoa está dizendo mais pelo ritmo que pelo conteúdo de seu discurso. Trata-se de uma comunicação intuitiva, uma habilidade de pegar o ritmo, a ginga, para entrar no tempo do outro, acessando um plano comum da experiência, anterior a qualquer reflexão. Na atualidade, o termo *hipster* voltou a ser bastante utilizado, no entanto, em geral, num sentido irônico, referido a pessoas que se esforçam por parecer *outsiders* sem notar que se encontram totalmente capturadas pela lógica do consumo; não entram no tempo do outro, mas são como que

totalmente determinadas pelo tempo do Outro do capital. No entanto, não temos qualquer ambição de definir aqui uma identidade para o hipster, não ganhamos nada ao entrar nessa polêmica de estilo midiática. O sentido que queremos guardar do termo é o dessa sensibilidade temporal, rítmica, intuitiva, necessária para entrar em comunicação com o ritmo do outro, compondo uma polirritmia nesse encontro; uma composição que se dá pela aproximação de diferentes, pela afirmação de sentidos divergentes que, em uma sociedade como a norte-americana, marcada por grandes conflitos raciais, salta aos olhos, por exemplo, na expressão paradoxal *white negro*. E os paradoxos são capazes de produzir uma experiência subjetiva de cesura, de anti-ritmo, de quebra na causalidade linear – no “bom sentido” do tempo, do passado ao futuro –, que é como que uma condição necessária para que nos tornemos sensíveis a outros sentidos de tempo, ritmos intensos que emergem num espaço-tempo liso (DELEUZE, 2006a). É nesse plano intensivo da experiência que se situa o uivo de Ginsberg e a estrada de Kerouac.

Uivo foi dedicado ao escritor Carl Solomon, que Ginsberg conheceu no Instituto Psiquiátrico de Columbia, onde se internou por oito meses, entre 1948 e 1949, para evitar uma prisão, em consequência de ter sido flagrado num carro roubado, em companhia de Herbert Huncke, a quem se atribui a expressão *I'm beat*, algo como “estou exausto” (destruído, abatido etc), logo incorporada por Kerouac e seus companheiros em um sentido bem mais amplo e paradoxal. *Beat* é como se chama a unidade de tempo em música. E, como bem notou Kerouac, *beat* também se assemelha a beatitude. Como diz Bueno (2010), embora *beat* definisse, para Huncke, um estado de “exaltada exaustão” (p. 13),

Kerouac logo percebeu as múltiplas ressonâncias da palavra, que significa simultaneamente “batida” (no sentido do ritmo musical), “porrada” (no sentido de golpear), “abatido” ou “exausto” (*beated*), “pulsção” (*heart beat*), “cadência do verso”, “trajeto” ou “trilha”, “furo” (no sentido jornalístico), “pilantra” ou “aproveitador” e até “botar o pé na estrada” (“*beat the way*”, expressão, aliás, muito usada por outro Jack, o London), além de conter, também e acima de tudo, o radical de “beatitude” – que foi o que realmente despertou Jack para a sonoridade do vocábulo ao qual ele se vincularia pelo resto da vida (BUENO, 2010, p. 13).

Assim, entendemos aqui o termo *beat* como dizendo respeito a um tipo de pulsção fora dos eixos, um swingue que envolve simultaneamente a

produção de sensações de exaustão e êxtase. A escrita *beat* deve mostrar este ritmo intenso e exaltado da vida do viajante, tanto de passeios rodoviários quanto psiconáuticos. E esse ritmo é entrecortado de várias maneiras. William Burroughs, o mais velho dentre os três beats mais famosos, popularizou as técnicas chamadas *fold-in* e *cut-up*, que aprendeu em 1959, com o artista plástico Brion Gysin, em Paris (MILES, 1993).

O *fold-in* consiste em dobrar uma folha (de texto, imagem ou ambos) verticalmente ao meio e repetir o procedimento no trecho já dobrado, para obter três vincos verticais que dividam a folha em quatro seções verticais. O objetivo é fazer desaparecer as duas seções do meio e colocar as duas seções das extremidades em contato uma com a outra. Para tanto, basta dobrar para dentro (*fold-in*), pelo vinco central, as duas seções do meio, e, em seguida, dobrar para fora as duas seções das extremidades. Com isso, são formadas novas imagens e textos numa proliferação enunciativa aquém e além da intenção reflexiva dos sujeitos da enunciação que são também, em certa medida, efeitos clínico-políticos de modulação de sentidos.

Dobra para dentro é também como Deleuze (2006b) descreve o processo de subjetivação, ao comentar a última fase da vida e obra do filósofo Michel Foucault. A subjetivação é um processo resultante de uma espécie de invaginação das dobras do fora, na qual o sujeito constitui a si próprio como um emaranhado de linhas ao dobrar para dentro as linhas de força que desenham as trajetórias heterogêneas das relações de poder. O *fold-in* é um procedimento que faz emergir novos sentidos pela subtração do que usualmente percebemos como central e valorização do que é periférico ao olhar. É um modo bem diferente de lidar com as associações, pois mostra sentidos que só se manifestam mediante percepções espaço-temporais distintas das usuais.

Outro procedimento que se assemelha, radicalizando o corte nas linhas associativas, é o *cut-up*, cujo tipo mais simples consiste em cortar uma página ao meio horizontalmente, juntar os pedaços resultantes e cortar ao meio verticalmente, gerando quatro seções: a primeira seção é colocada ao lado da quarta e a terceira ao lado da segunda, em uma nova sequência. Seguindo adiante, podemos embaralhar a página com trechos cada vez menores em sequência alterada. É importante aproveitar encontros casuais entre textos, imagens, que acabam produzindo novos sentidos, mas não se trata de aproveitar todos os encontros. Certo trecho pode ser ou não utilizado e, caso seja, pode ser ou não alterado. Os recortes podem ser feitos também de outras maneiras, em outros cortes e sequências.

Cut-ups podem ser utilizados para saltar no tempo ao longo de uma narrativa, o que pode ser compreendido em dois aspectos: um voluntário, como o tipo de procedimento utilizado na edição de um filme para mostrar que houve um salto no tempo dentro da narrativa (corte e edição podem ser compreendidos e utilizados como ferramentas sobre as quais o editor tem plenos poderes de decisão sobre o sentido a ser dado ao material); mas há o aspecto involuntário, quando saltos não intencionais revelam algum sentido surpreendentemente, perturbando a percepção de quem os contempla, havendo, por conta disso, pessoas, inclusive Burroughs e Gysin, que os utilizam como uma espécie de oráculo. Em um modo de conceber nos consideramos donos do tempo, nos tomando por sujeitos da experiência, com plena distinção e domínio sobre os objetos, os dados da experiência. No outro modo de conceber, mergulhamos na experiência, afirmando que o primado é dela. A experiência não é dada a um sujeito que a ela preexistia, mas é na experiência que a subjetividade se produz. A experiência pura é, como diria Burroughs, *cut-up*. Os *cut-ups* produzem quebras no ritmo da narrativa, que, ao perturbar a linearidade subjacente à política de narratividade hegemônica, perturbam também o modo usual como apreendemos o conhecimento.

Em *Electronic Revolution*, publicado originalmente em 1970, Burroughs (1998) afirma que a linguagem pode ser utilizada tanto como um equipamento para o exercício de dominação da subjetividade por estruturas de poder hegemônicas, quanto como uma ferramenta para sabotar ou combater essas mesmas estruturas: “o controle dos veículos de comunicação de massa depende do estabelecimento de linhas de associação. Quando as linhas são cortadas, as conexões associativas são quebradas” (p. 295). Gilles Deleuze e Felix Guattari (2010) consideram essa quebra da associação, ou dissociação, um aspecto inerente ao capitalismo e à esquizofrenia, sendo também, por isso, um princípio da esquizoanálise: “aquilo que é o maior obstáculo à psicanálise, a impossibilidade de estabelecer associações, é, ao contrário, a condição da esquizoanálise” (p. 521). Os autores ressaltam que a quebra faz parte do próprio funcionamento do desejo na esquizofrenia: *Connecticut, Connect-I-cut*. O si (*I*), no caso, é uma máquina de cortes e conexões. Mesmo que seja possível adotar uma leitura patologizante e dizer “que esta vida mecânica, esquizofrênica, exprime mais a ausência e a destruição do desejo do que o próprio desejo” (p. 56), Deleuze e Guattari defendem que há, na própria dinâmica de corte, um funcionamento autônomo do desejo: “o corte faz parte do próprio funcionamento”. Operar clinicamente com essa dinâmica esquizo, fragmentada, *Connect-I-cut-up*, a um só tempo nos exige e ensina a tomarmos o

trabalho em saúde mental como uma espécie de composição em mosaico, que alie a paciência das musas ao foco nos cortes e junções (LIMA, 2011).

Outra ferramenta que veio ao auxílio para a produção da narrativa do fora-eixo dos GIUs da GAM-BR foi a noção, proposta por Mikhail Bakhtin (2006), de *discurso indireto livre*, que consiste na utilização de recursos estilísticos que visam por lado a lado diferentes vozes componentes de uma narrativa. Em suma: no *discurso direto*, a fala de um personagem aparece separada (por aspas, travessão, dois pontos etc.) da fala do narrador (Alice, exaltada, respondeu ao Chapeleiro: “Nossa, que relógio curioso!”); no *discurso indireto*, a fala da personagem é substituída pela fala do narrador sobre o que a personagem teria dito (por exemplo: Alice, exaltada, respondeu ao Chapeleiro que havia achado curioso seu relógio); no *discurso indireto livre*, a fala da personagem aparece misturada à do narrador, pois as vozes se costuram (Alice, exaltada, *nossa!*, achou tão curioso quanto eu o relógio do Chapeleiro). Trata-se, na GAM-BR, de um recurso narrativo para dar textura à multiplicidade de vozes presentes no campo (usuários, profissionais, pesquisadores etc). A afirmação radical de uma proposta participativa, envolvendo usuários de serviços de saúde mental, acaba por produzir o que o grupo de pesquisa da UFF chamou de *discurso indireto louco*, como que para ressaltar o devir-louco (DELEUZE, 2006a) experienciado, por vezes, na leitura das memórias redigidas dos encontros, quando as distinções habituais entre usuários e não-usuários, que costumam operar tanto nas práticas quanto nos discursos referentes aos loucos, pareciam se dissolver ante nossos olhos e nossas mentes, rompendo, a um só tempo, com as identidades que atribuímos usualmente aos sujeitos e objetos do senso comum e com a causalidade linear do bom senso, o bom sentido do tempo, do passado ao futuro. Um discurso indireto louco resulta de certa tomada de posição frente à pluralidade de vozes encontrada no campo. No cuidado com o fora-eixo da GAM, essa tomada de posição ocorreu por certa afinidade estética com a experiência da loucura que se configura como uma sensibilidade psicodélica (RODRIGUES, 2014).

O termo psicodélico vem dos termos gregos *deloun*, revelar, tornar manifesto, visível, que vem de *delos*, visível, claro, e do termo *psykhé*, alma, mente, espírito. Psicodelia é manifestação da mente. O termo que se disseminou mundo afora, ligado em especial ao rock que fez a cabeça do movimento hippie dos anos 1960, herdeiro da linguagem dos beats, foi cunhado em 1957 pelo psiquiatra Humphry Osmond (1957) – o mesmo que surpreendera o mundo médico em 1952, ao pensar a esquizofrenia como uma espécie de autointoxicação alucinógena, por conta de uma similaridade

estrutural notada entre as moléculas da mescalina e da adrenalina (LEE; SHLAIN, 1992). No início das pesquisas científicas, a mescalina e outras substâncias psicotrópicas de efeitos fantásticos (LSD, psilocibina, DMT, Salvia divinorum etc) foram investigadas sobretudo no intuito de se produzir o que se acreditava ser uma espécie de psicose artificial, tendo sido chamadas psicotomiméticas. *Mimesis*, imitar, copiar, está ligado a *mimos*, palhaço, ator, imitador, enquanto *psykhe* resulta da junção de *psykhé* com o sufixo *ose*, que indica condições ou estados alterados. Psicotomimético é o que imita, tal como um ator, ou palhaço, a mente em estado alterado. Mas Osmond, buscando tanto evitar qualquer inflexão psicopatológica quanto valorizar o aspecto criativo da experiência, propôs o termo psicodélico, a partir de uma intensa troca de cartas com o escritor Aldous Huxley (1983), a quem fornecera, em 1953, a dose de mescalina que inspirou a escrita dos influentes ensaios *As portas da percepção* e *O Céu e o Inferno* (1966), que mostram como as drogas psicodélicas servem como um ótimo exemplar da noção de *phármakon*, termo que, em grego, significa ao mesmo tempo remédio e veneno (DERRIDA, 2005).

Na antiga medicina grega, as substâncias não eram consideradas exclusivamente boas ou más em si, diferente do que ocorre hoje, quando se associa a imagem do veneno apenas ao termo droga – e este ao ilícito, proscrito (mal) – e a imagem do remédio ao termo fármaco – e este ao lícito, prescrito (o bem). Esta divisão entre remédios considerados somente benéficos e drogas tidas por somente malélicas é jurídico-moral, fruto da proibição arbitrária de algumas substâncias e da demonização das mesmas e, sobretudo, de seus usuários, produtores, pesquisadores e comerciantes. Não se nota, nesse exercício judicativo frequente na relação que ainda temos com as drogas, quão viciosos são tanto os discursos que tomam fármacos como sinônimo de remédios que tratam e drogas como venenos que intoxicam, quanto os que apenas invertem a sequência dos termos anteriores, mas mantêm a lógica, tomando drogas como remédio e fármacos como veneno; ou mesmo os que reúnem todas essas substâncias como benéficas ou malélicas em si mesmas, achando todas admiráveis ou todas *uma droga*.

Apesar da etimologia controversa da palavra droga (VARGAS, 2008), o uso corrente do termo indica algo ruim (*que droga!*), tal como em inglês, onde a palavra *junk* se refere tanto a drogas injetáveis, como morfina e heroína, quanto a “lixo”, “algo imprestável” (HARRIS, 2005). É comum se ouvir a terrível frase de efeito “droga: se fosse bom não tinha este nome”, sem se atentar, no caso, para a arbitrária correspondência que é feita entre o termo droga e os termos *ruim* e *ilícito*. Em geral, costuma-se considerar, automaticamente, as substâncias

obtidas legalmente em farmácias e drogarias como algo benéfico e as “substâncias psicoativas e matérias-primas para sua produção, que, em razão da proibição, são qualificadas de drogas ilícitas” (KARAM, 2008, p. 105), como algo maléfico. Trata-se apenas de um arbítrio jurídico. Outra opção, um pouco menos comum, de considerá-las todas boas ou más a priori, realiza um arbítrio moral que atribui valor positivo (bem) ou negativo (mal) à própria substância.

No intuito de quebrar essas linhas associativas e produzir dobras a partir das margens de sentido, o trabalho com o fora-eixo da GAM envolveu uma experimentação com a linguagem, fazendo atravessar os discursos cotidianos do CAPS, usualmente empobrecidos nos detalhes sobre a própria experiência dos usuários com os psicotrópicos, por uma linguagem beat psicodélica prolixa, verdadeiro discurso indireto louco. Trata-se de mais um desafio da participação, ao colocar lado a lado as falas de pesquisadores, profissionais e usuários dos serviços, cujas vozes costumam ser caladas com medicamentos psicotrópicos e desatenção por parte de profissionais, amigos, familiares e sociedade de uma maneira geral.

As ferramentas de trabalho com a narrativa do fora-eixo na pesquisa GAM apresentadas somente ganham sua mais efetiva consistência ao serem postas em uso e desdobradas, o que torna mais clara sua pertinência. No entanto, tal desdobramento – verificado com os dados colhidos na pesquisa GAM – não cabe no escopo desse texto.

REFERÊNCIAS

- BUENO, E. Introdução: a longa e tortuosa estrada profética [2004]. In: KEROUAC, J. **On the road**. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 7-18.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem** [1929]. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BURROUGHS, W. Electronic Revolution [1970]. In: GRAUERHOLZ, J.; SILVERBERG, I. **Word virus: the William S. Burroughs reader**. New York: Grove Press, 1998. p. 294-313.
- CARROLL, L. **Alice**: edição comentada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- DELEUZE, G. **Lógica do sentido** [1969]. São Paulo: Perspectiva, 2006a. Edição original: 1969.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006b. Edição original: 1986.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: 34, 2010. Edição original: 1972.

- DELEUZE, G. GUATTARI, F. Postulados da linguística. In _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 2. São Paulo: 34, 1995. p. 11-59. Edição original: 1980.
- DERRIDA, J. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005. Edição original: 1972.
- GINSBERG, A. **Uivo, Kaddish e outros poemas**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- HARRIS, O. Introdução do editor. In BURROUGHS, W. **Junky**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. p. 13-48. Edição original: 2002.
- HÖLDERLIN, F. **Reflexões**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- HUXLEY, A. **As portas da percepção / O Céu e o Inferno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Edições originais: 1954; 1956.
- HUXLEY, A. **Moksha: textos sobre psicodélicos e a experiência visionária, 1931-1963**. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. (coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 2000. Edição original: 1781.
- KARAM, M. L. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. Em: LABATE et al. (Org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: Edufba, 2008. p. 105-119.
- KEROUAC, J. **On the road**. Porto Alegre: L&PM, 2010. Edição original: 1957.
- LEARY, T.; METZNER, R.; ALPERT, R. **The psychedelic experience: a manual based on the Tibetan Book of the Dead**. New York: Citadel, 1992. Edição original: 1964.
- LEE, M. A.; SHLAIN, B. **Acid dreams: the complete social history of LSD, the CIA, the sixties and beyond**. Great Britain: Pan Books, 1992. Edição original: 1985.
- LEVY, T. S. **A experiência do fora: Foucault, Blanchot e Deleuze**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LIMA, F. R. **A experiência do cuidado de si: a clínica entre o cuidado do tempo e o tempo do cuidado**. Niterói: Eduff, 2012.
- LOURAU, R. **René Lourau na UERJ - Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Uerj, 1993.
- LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995. Edição original: 1970.
- LOURAU, R. Objeto e método da análise institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral**. Campinas: Hucitec; 2004a. p. 66-86. Edição original: 1973.
- LOURAU, R. Processamento de texto. In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004b. p. 199-211. Edição original: 1994.

- LOURAU, R. Uma técnica de análise das implicações: B. Malinowski, Diário etnográfico (1914-1918). In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004c. p. 259-283. Edição original: 1987.
- MAILER, N. **The white negro**: superficial reflections on the hipster. Disponível em <<http://www.dhs.fjanosco.net/Documents/TheWhiteNegro.pdf>> Último acesso em 13 Maio 2015. Edição original: 1986. Edição original: 1957.
- MILES, B. **William Burroughs**: El hombre invisible – a portrait. New York: Hyperion, 1993.
- ONOCKO CAMPOS, R. T. et al. Adaptação multicêntrica do guia para a gestão autônoma da medicação. **Interface - Comunic., Saude, Educ**, v. 16, n. 43, p. 967-980, 2012.
- OSMOND, H. The exploration of experience. Trecho da comunicação científica A Review of the Clinical Effects of Psychotomimetic Agents. **Annals N.Y. Acad. Sci.**, March 14, 1957. Disponível em <<http://www.psychedelic-library.org/osmond2.htm>> Último acesso em 13 Maio 2015. Edição original: 1957.
- PASSOS, E.; BENEVIDES, R. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 151-172.
- PASSOS, E.; EIRADO, A. A Noção de Autonomia e a Dimensão do Virtual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 77-85, 2004.
- PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 110-131.
- PELBART, P. P. **O tempo não-reconciliado**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: 34, 2005.
- RODRIGUES, S. E. Subjetividade, tempo e instituição no empirismo transcendental de Gilles Deleuze. **Psicologia em Foco**, Aracaju, v.3, n.3, p. 73-86, jul/dez. 2009.
- RODRIGUES, S. E. **Ritmo e subjetividade**: o tempo não pulsado. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.
- RODRIGUES, S. E. **Modulações de sentidos na experiência psicotrópica**. 253 fl.; il. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- SILVA, A. E.. et al. Memória e alteridade: o problema das falsas lembranças. **Mnemosine**. v. 2, n. 2, p. 75-86, 2006.
- SILVA, A. E., et al. Estratégias de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 84-94, 2010.

VARGAS, E. V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos. In: LABATE et al. (Org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: Edufba, 2008. p. 41-63.

WILLER, Claudio. **Geração beat**. Porto Alegre: L&PM, 2010a.

WILLER, Claudio. Introdução. In: GINSBERG, Allen. **Uivo, Kaddish e outros poemas**. Porto Alegre: L&PM, 2010b. p. 7-18.

Recebido em maio de 2016.

Aprovado em setembro de 2017.

Publicado em junho de 2017.

SOBRE OS AUTORES

Sandro Rodrigues é doutor e mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2014/2009), com especialização em Psicologia, Subjetividade e Instituições de Saúde pela Faculdade Maria Thereza (2007) e graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Com a maior parte da atuação profissional na interface entre a música e a saúde mental, investigou, na tese *Modulações de sentidos na experiência psicotrópica*, contribuições da chamada experiência psicodélica para o campo do cuidado de usuários de psicotrópicos lícitos e ilícitos em saúde mental. Atualmente, integra o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP) e a Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (FEDDH-RJ).

E-mail: digitalamerindio@gmail.com

Eduardo Passos é doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992); mestre em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1986); graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981). Foi consultor do MS para a implantação da Política Nacional de Humanização do SUS (2003-2008), realizou consultoria junto ao International Center for AIDS Care and Treatment Program do Mailman School of Public Health da Universidade de Columbia (EUA) (2008-2009) e no Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/CFP) como membro da Comissão ad hoc de Metodologia do CREPOP (2010-2011). Assessoria técnica para avaliação dos projetos do NESC/UFRN/MS (2014). É professor associado IV do departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas de saúde, método da cartografia, cognição e subjetividade.

E-mail: e.passos@superig.com.br